

# Direção nacional define bandeiras de luta para 2011



Miguel, Motta, Paulinho, Juruna, Araújo, Ramalho e Eunice durante reunião da Central

A direção executiva da Central decidiu intensificar a luta pelas 40 horas semanais sem redução salarial, pelo fim do fator previdenciário e regulamentação da terceirização. Os dirigentes também vão aumentar a pressão no governo e Congresso Nacional pelo aumento do salário mínimo e reajuste dos aposentados que ganham valores acima do piso.....

**PÁG. 3**

**Sindicatos terão uma responsabilidade na aplicação do Fator Acidentário de Prevenção.....**

**PÁG. 4**

**Manifestação das Centrais Sindicais em Brasília cobra o fim da violência contra as mulheres.....**

**PÁG. 6**



# FELIZ NATAL

# ÓTIMO 2011

**FUNDADOR**

Luiz Antonio de Medeiros

**PRESIDENTE**

Paulo Pereira da Silva (Paulinho)

**SECRETÁRIO-GERAL**

João Carlos Gonçalves (Juruna)

**TESOUREIRO**

Luiz Carlos Motta

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Melquides Araújo • Miguel Eduardo Torres  
 Antonio de Sousa Ramalho • Eunice Cabral\*  
 Almir Munhoz • João B. Inocentini  
 Paulo Ferrari • Levi Fernandes Pinto  
 Luiz Carlos Pedreira • Abraão Lincoln\*  
 Wilmar Gomes Santos • Terezinho Martins  
 Márcio Vasconcelos • Ivandro Moreira  
 Maria Augusta Santos Marques • Sérgio Luis Leite  
 Valcécia Trindade • Edson Geraldo Garcia  
 Francisco Sales • Miguel Padilha  
 Minervino Ferreira • Nilton Souza Silva (Neco)  
 Herbert Passos • Antonio Vitor  
 Mônica O. Lourenço Veloso • Geraldino Santos Silva  
 Oscar Gonçalves • Carlos R. Malaquias  
 Luciano M. Lourenço • Nelson Silva de Souza  
 Antonio Farias • Cícero Firmino (Martinha)  
 José Pereira\* • Ari Alano  
 João Peres Fuentes • Arnaldo Gonçalves  
 Cidia Fabiane C. Santos • Elvira Bervian Graebin  
 Paulo Zanetti • Cláudio Magrão  
 Maria Auxiliadora • Maria Susicléia  
 Jeferson Tiego • Francisca Lea  
 Gleides Sodré Almazan • Walzenir Oliveira Falcão  
 Adalberto Galvão • Maria Rosângela Lopes  
 Ruth Coelho • Raimundo Nonato  
 Severino Augusto da Silva • Lourival F. Melo  
 José Lião • Mara Valéria Giangiulio  
 Evandro Vargas dos Santos • Neusa Barbosa  
 Reinaldo Rosa • Defendente F. Thomazoni  
 Antonio Silvan • Valdir Lucas Pereira  
 Antonio Johann • Carlos Lacerda  
 Ezequiel Nascimento • Leodegário da Cruz Filho  
 Elmo Silvério Lescio • Braz A. Albertini  
 Daniel Vicente • Walzenir Oliveira Falcão  
 Manoel Xavier • Valdir Pereira  
 Mauro Cava • Milton Batista (Cavalo)  
 Núncio Mannala • Luis Carlos Silva Barbosa  
 Moacyr Firmino dos Santos •

**CONSULTORIA**

Luiz Fernando Emediato

**ASSESSORIA POLÍTICA**

Antonio Rogério Magri • Hugo Perez  
 João Guilherme Vargas • Marcos Perito

**DIRETOR RESPONSÁVEL:**

João Carlos Gonçalves (Juruna)

**JORNALISTA RESPONSÁVEL:**

Dalva Ueharo (MTb: 16704/65/10/SP)

**REDAÇÃO:**

Antonio Castilhos Diniz • Fábio Casseb  
 Jorge Luis Pires

**ASSISTENTE DE MARKETING:**

Rodrigo Telmo Lico

**EDITOR DE ARTE:**

Jonas de Lima

**FORÇA MAIL:**

Antonio Castilhos Diniz

O **JORNAL DA FORÇA SINDICAL** é uma publicação mensal da central de trabalhadores **FORÇA SINDICAL**.  
 Rua Rocha Pombo, 94 – Liberdade – CEP 01525-010  
 Telefone: (11) 3348-9000 – São Paulo – SP – Brasil  
[www.fsindical.org.br](http://www.fsindical.org.br) • [www.twitter.com/centralsindical](http://www.twitter.com/centralsindical)

**ESCRITÓRIO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL EM BRASÍLIA:**  
 SCS (Setor Comercial Sul) – Quadra 02 – Ed. Jamel Cecílio  
 3º and. – Sala 303 – ASA Sul – 70302-905  
 Fax: (61) 3037-4349 – Telefone: (61) 3202-0074

Foto da capa: JAÉLCIO SANTANA

**EDITORIAL**

# Justiça Social com 40 HORAS SEMANAIS e fim do fator previdenciário

**D**ecidimos, durante reunião da executiva nacional da nossa Central, as nossas bandeiras de lutas para o próximo ano. Vamos intensificar nossa luta pela aprovação das 40 horas semanais sem redução salarial, lutar pelo fim do fator previdenciário, cobrar do Congresso Nacional a regulamentação da terceirização e da contribuição assistencial.

Estas bandeiras, juntamente com outras específicas das entidades sindicais, irão nos nortear em 2011. A redução da jornada de trabalho é uma luta histórica dos trabalhadores. Durante o ano de 2010, mobilizamos os dirigentes de todas as regiões do País que fizeram manifestações nas fábricas, no comércio e no Congresso visando sensibilizar a sociedade da importância de reduzirmos



**Paulo Pereira da Silva (Paulinho)**  
 presidente da Força Sindical

a jornada. Vamos intensificar esta luta em 2011.

Vamos cobrar também do governo o fim do fator previdenciário. O fator é um mecanismo criado durante o governo de FHC que penaliza os trabalhadores. Quem vai se aposentar tem seu benefício achatado de forma nefasta pelo fator.

Temos uma ampla pauta para lutarmos. É importante ressaltar a erradicação da miséria do País. Para isso, é necessário ampliar os invest-

timentos nas áreas sociais, nas políticas de transferência de renda e na valorização do trabalho, do salário mínimo e das aposentadorias.

Enfim, vamos todos construir uma sociedade mais justa, com emprego, renda, educação e saúde com qualidade.

**Bom Natal e um próspero Ano Novo!**

**ARTIGO**

## PRÁTICAS ANTSSINDICAIS

**O**bserva-se a extraordinária aversão da Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho (MPT), da imprensa e dos acadêmicos contra os sindicatos. Basta circular a idéia de greve a Justiça do Trabalho concede o “interdito proibitório” às empresas, negando o direito assegurado pela Constituição. E determina-se ao sindicato manter equipes em atividade, tudo sob pena de multas.

O MPT corre atrás dos sindicatos que vivem da contribuição daqueles que representa nas negociações coletivas, nas Comissões de Conciliação Prévia, nos dissídios coletivos, enquanto os empregadores



**Melquides de Araújo,**  
 1º vice-presidente da Força Sindical e Presidente da Fetiasp

recebem as contribuições compulsórias do Sistema “S”.

Na imprensa prevalecem as notícias negativas. São omitidas as boas, como a luta pelo salário mínimo e pela jornada de 40 horas. E o que se vê: a flexibilização de direitos, o retrocesso com a negação da Convenção 98, entre outros.

Os sindicatos precisam consensuar um projeto de garantias para punir práticas antissindicais. Claro que não podem viver sem recursos. Os sindicatos precisam ser li-

vres custeados pelos trabalhadores (ainda quando não filiados) nas negociações coletivas, nos acordos e convenções coletivas.

**PRESIDENTES DA FORÇA SINDICAL NOS ESTADOS**

**ACRE**  
 Luiz Anute dos Santos  
**ALAGOAS**  
 Albegemar Casimiro Costa  
**AMAPÁ**  
 Maria de Fátima Coelho  
**AMAZONAS**  
 Vicente de Lima Fillizola  
**BAHIA**  
 Nair Goulart  
**CEARÁ**  
 Raimundo Nonato Gomes

**DISTRITO FEDERAL**  
 Epaminondas Lino de Jesus  
**ESPÍRITO SANTO**  
 Alexandro Martins Costa  
**GOIÁS**  
 Rodrigo Alves Carvelo  
**MARANHÃO**  
 Márfio Lima da Silva  
**MATO GROSSO**  
 Manoel de Souza

**MATO GROSSO DO SUL**  
 Ildemar da Mota Lima  
**MINAS GERAIS**  
 Rogério Fernandes  
**PARÁ**  
 Ivo Borges de Freitas  
**PARAÍBA**  
 José Porcino Sobrinho  
**PARANÁ**  
 Sérgio Butka

**PERNAMBUCO**  
 Marcos Sérgio da Silva  
**PIAUI**  
 Fabrício Dourado Gonsalles  
**RIO DE JANEIRO**  
 Francisco Dal Prá  
**RIO GRANDE DO NORTE**  
 Francisco de Assis Pacheco  
**RIO GRANDE DO SUL**  
 Cláudio R. Guimarães Silva

**RONDÔNIA**  
 Antonio do Amaral  
**RORAIMA**  
 Manoel Antonio dos S. Santana  
**SANTA CATARINA**  
 Osvaldo Olavo Mafra  
**SÃO PAULO**  
 Danilo Pereira da Silva  
**SERGIPE**  
 Willian Roberto Cardoso  
**TOCANTINS**  
 Luso Albateno A. Guimarães



# Central define bandeiras de lutas para o próximo ano

A direção executiva da Força Sindical decidiu intensificar a luta pela aprovação das 40 horas semanais sem redução salarial, pelo fim do fator

previdenciário, pela regulamentação da terceirização e da contribuição sindical. “Vamos pressionar o governo e o Congresso Nacional para colocarmos em

votação a PEC da redução da jornada de trabalho”, antecipa o presidente da Força Sindical e deputado federal, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho.

Durante a reunião, realizada na sede da Força Sindical no dia 6 último, os dirigentes lembraram da luta pela aprovação das 40 horas semanais no Congresso e ressaltaram a importância de intensificar a pressão junto aos parlamentares.

O fim do fator previdenciário também estará na ordem do dia das entidades sindicais. O fator é um mecanismo perverso que achata o valor das aposentadorias. “Não podemos mais continuar prejudicando quem vai se aposentar”, ressaltou o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, João Batista Inocentini.

Outra tarefa importante do movimento sindical será a regulamentação da terceirização. Os sindicalistas criticam o que chamam de precarização do trabalho através da terceirização. “Vamos apresentar uma proposta alternativa”, adianta o secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

Fotos: Jaélcio Santana



Dirigentes decidiram intensificar luta pela redução da jornada de trabalho e o fim do fator previdenciário

## A TAREFA É ACABAR COM A DESIGUALDADE SOCIAL

O movimento sindical deve se preparar para lutar por transformações que reduza cada vez mais, a desigualdade de renda no País. Não será uma luta rápida, mas terá de ser enfrentada, declarou Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, durante reunião da Direção Executiva Nacional da Força. Ele falou sobre os desafios do movimento sindical nos próximos anos baseado em 4 fatores: mercado interno forte, a vantagem de ser grande exportador de commodities; a

maioria da população está em idade produtiva e o crescimento econômico está ocorrendo e ambiente de liberdade.

“Há décadas os sindicatos estão habituados a trabalhar na defesa dos direitos e dos empregos. “Agora, a situação muda. O desemprego não será mais uma preocupação e a rotatividade está acontecendo mais por iniciativa do trabalhador que encontra um emprego melhor”, ressaltou o economista.

No cenário desenhado por Lúcio está a de conquistar para

os trabalhadores qualidade de vida, oportunidade igual para todos, bem-estar e focar a questão distributiva, ou seja, que a riqueza gerada no País tenha outra forma de distribuição.

Mas, nos próximos anos, a luta distributiva representará um desafio maior porque será preciso romper os instrumentos que geram a desigualdade, por exemplo, a estrutura tributária. “Os sindicatos precisam ter claro uma proposta nesta área: encargos sociais contidos nos tributos, desoneração

da cesta básica, que influencia nos preços, já que o peso dos impostos para os mais pobres é de 40% a 45% e para os ricos, 20% e o Brasil não tem tributação adequada para herança e grande fortuna”.

O consultor sindical João Guilherme Vargas falou sobre a oposição e situação nas eleições e o papel fundamental das centrais sindicais. Nestes próximos anos, disse, será importante manter a unidade das centrais sindicais e fortalecer as negociações com o governo.

# Sindicatos terão responsabilidade na aplicação do Fator Acidentário

**S**indicatos de todas as categorias terão uma grande responsabilidade na área de segurança e saúde do trabalhador, a partir de 2011. “As entidades deverão montar departamentos de segurança e saúde do trabalhador”, declara Armando Henrique, presidente do Sintesp (Sindicato dos Técnicos de Segurança no Trabalho de SP). “Faremos quantos cursos forem necessários para instruir os sindicalistas”, afirma Arnaldo Gonçalves, secretário nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador da Força Sindi-

cal. Henrique e Gonçalves se referem ao cumprimento da legislação do Ministério da Previdência Social, a portaria 451, que criou o FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

Afinal, o que é o fator acidentário? É um multiplicador a ser aplicado às alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarifação coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear acidentes e doenças decorrentes do trabalho. O FAP varia anualmente, com base nos resultados dos últimos dois anos.

Em 2011, O FAP passa a vigorar com os ajustes feitos neste ano. Os cálculos são complicados. Para entender vamos dar um exemplo. Uma empresa pagava um FAP de R\$ 800 mil, que corresponde a 3% da folha de pagamento. Se investiu e reduziu o número de acidentes pode reduzir o pagamento para 1,5% ou R\$ 400 mil. No entanto, se houve mortes de trabalhadores pula para 6% R\$ 1.600 mil.

Para baixar o custo, as empresas precisam retirar as travas. Aí entram os sindicatos. As empresas precisam da anuência dos sindicatos patronal e de trabalhadores para provar que investe em segurança e saúde dos trabalhadores e reduzir o pagamento do FAP.

“É importante o sindicato se preparar porque existem possibilidades de as empresas acionarem os sindicatos juridicamente se eles se recusarem a dar seu parecer, que precisa ser avaliado o histórico dos acidentes e doença do trabalho e pactuar proposta de melhorias continua. Caso con-



Thiago Santana

Reunião da Secretaria de Segurança e Saúde discutiu a portaria do governo

trário, quem pode acionar o sindicato são os trabalhadores por omissão de representatividade”, diz Henrique.

**Comemoração** – Cerca de 150 trabalhadores, dirigentes sindicais, políticos, representantes do governo e empresários participaram no dia 26 do café da manhã em homenagem ao “Dia Nacional do Técnico de Segurança do Trabalho”, realizado pelo SINTESP – Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo, no auditório da Força Sindical.

## DEBATE NO IPEA DESTACA PAPEL DAS CENTRAIS

Daniel Cardoso



Juruna, secretário-geral, lembrou da unidade das centrais sindicais

**D**urante a 1ª Conferência do Desenvolvimento, realizada pelo Ipea, nos dias 24 e 26 último, as Centrais Sindicais promoveram uma mesa sobre

as propostas da Agenda da Classe Trabalhadora.

O secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, o Juru-na, representou a central e fez palestra sobre a importância da legalização das centrais sindicais e importância do movimento sindical ser protagonista na luta pelo desenvolvimento. “As Centrais estão empenhadas nas questões macroeconômicas, querendo participar ativamente do conselho do Banco Central”, falou. Segundo ele, a legalização foi um importante passo político que fortaleceu a luta dos trabalhadores.

## CRT SERÁ INSTALADO NO DIA 14 DE DEZEMBRO

**E**m reunião com as Centrais Sindicais no último dia 23 de novembro, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, afirmou que irá instalar o Conselho de Relações do Trabalho (CRT) no próximo dia 14 de dezembro. Criado pela Portaria 2.092, de 02 de setembro de 2010, o Conselho será um órgão tripartite e terá a finalidade de promover a democratização das relações do trabalho e o tripartismo, o entendimento entre trabalhadores, empregadores e Governo Federal a respeito de temas relativos às

relações do trabalho e à organização sindical e fomentar a negociação coletiva e o diálogo social. Os trabalhadores serão representados no CRT pelas centrais sindicais reconhecidas (Força Sindical, CUT, CTB, UGT, NCST e CGTB). As 10 vagas da bancada dos trabalhadores serão distribuídas proporcionalmente às centrais sindicais, de acordo com o Índice de Representatividade. Os representantes da Central serão: Melquíades Araújo e Luiz Carlos Motta (titulares), Eunice Cabral e Danilo Pereira (suplentes).



# Com economia aquecida, entidades conseguem aumento

**D**epois da crise econômica internacional que, literalmente, assustou todo o mundo, os sindicalistas brasileiros aproveitaram a maré do crescimento da economia neste ano para conquistar aumentos reais de salários. E a maioria, depois de intensa luta e mobilização, conseguiu.

A Campanha Salarial 2010 foi unificada entre os 53 sindicatos de metalúrgicos do Estado, ligados à Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e à Força Sindical, que representam cerca de 800 mil trabalhadores aprovaram reajuste salarial de 9%, abono de 24% e reajuste entre 9% e 10% nos pisos salariais, além da ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias. “Nossa luta e mobilização deram resultado”, definiu o presidente da Federação, Claudio Magrão. Os metalúrgicos de Catalão (GO) conseguiram reajuste de 10,1%.

Os 110 mil químicos do Estado de São Paulo tiveram reajuste salarial de 6% (1,7% de aumento real). A PLR é de R\$ 600,00 (4,64 de aumento real, se comparado com a PLR anterior). “O reajuste maior foi nos pisos – 3%”, segundo Sergio Luiz Leite, Serginho, presidente da Fequimfar.

Os 1,2 milhão de comerciários do Estado de São Paulo conquistaram um reajuste salarial de 7,5% (dos quais 3,08% de aumento real). O piso para os empregados em geral ficou em R\$ 775, disse Luiz Carlos Motta, presidente da Federação dos Comerciários, que reúne 65 sindicatos.

Para ele, esse foi o melhor acordo dos últimos anos. No Rio Grande do Sul, os comerciários reajustaram os salários em 7% e os pisos em 7,5%. Na área do comércio varejista de alimentos, a categoria conquistou 3,4% de aumento real nos pisos salariais.

Os trabalhadores em edifícios e condomínios de São Paulo fecharam acordo de 8% de reajuste salarial para quem ganha acima do piso e 10% para os pisos salariais. “Esta foi a melhor notícia para os trabalhadores”, afirmou Paulo Ferrari, presidente do Sindifícios.

Os 14 sindicatos dos gráficos do Estado de S. Paulo e a Federação da categoria representando 90 mil trabalhadores tiveram reajuste de 8,10% (2,57% de aumento real). “A negociação foi extensa e nos proporcionou o aumento e os ganhos”, declarou Leonardo Del Roy, presidente da Federação. A PLR variou de R\$ 462,00 a R\$ 680,00. O piso de ingresso chegou a R\$ 950,40 e dos trabalhadores em gráficas rápidas R\$781,00.



Fotos Jaécio Santana

Federação dos Metalúrgicos de São Paulo aprovou acordo que garante aumento real



Sergio Luiz Leite, Serginho, presidente da Fequimfar



Luiz Carlos Motta, presidente da Federação dos Comerciários



Paulo Ferrari, presidente do Sindifícios de São Paulo

## SETOR DE ALIMENTAÇÃO CONQUISTA BONS ACORDOS COM PLR

**O**s 10 mil trabalhadores da Nestlé no Estado de São Paulo conquistaram reajuste salarial de 7%, conforme acordo fechado entre a Fetiasp (Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do Estado de São Paulo), os 10 sindicatos situados no interior e a empresa.

Os trabalhadores, com data-base em 1º de novembro, têm ajuda alimentação de R\$ 340 durante 13 meses; piso salarial de admissão de R\$

980; PLR (Participação nos Lucros ou Resultados) correspondente a 95% do salário efetivo somados a um valor fixo de R\$ 3.300.

Para o presidente da Fetiasp, Melquíades Araújo, “a negociação foi trabalhosa, mas, no final, foi fechado um bom acordo, graças ao esforço e mobilização dos trabalhadores em cada unidade da Nestlé”. Já para Ovídio Garcia Fernandes, diretor da Fetiasp, “esta foi a melhor PLR do setor”.



# Sindicalistas na luta pelo fim da violência contra as mulheres

No dia 24 de novembro, em Brasília, as dirigentes sindicais das centrais participaram da manifestação que marcou o Dia Internacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres. O tema debatido foi "Diagnósticos e Estratégias para o enfrentamento da Violência contra as Mulheres".

A delegação da Força contou com a participação de sindicalistas de diversos estados. Ao final, as mulheres aprovaram um documento com as seguintes bandeiras de luta: não a todo tipo de violência contra as mulheres; casas abrigo nas fronteiras; Pacto do Mercosul pelo fim da violência; ampliação das delegacias de atendimento às mulheres e

instalação da frente parlamentar de enfrentamento à violência contra a mulher.

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

A Força Sindical comemorará o Dia Internacional da Mulher durante todo o mês de março. O tema será a "Promoção da Igualdade na Sociedade", declarou Maria Auxiliadora dos Santos, secretária da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Força Sindical. Para Maria Auxiliadora, o

tema tem por objetivo trabalhar a violência contra a mulher, levando-se em conta a importância do projeto de lei que trata do tema e o fato de o Brasil ter a primeira mulher presidente da República.

Briza Cavalcanti



A secretária da Mulher da Força, Maria Auxiliadora (3ª à esq) representou a Central

## CONGRESSOS DEBATEM ORGANIZAÇÃO

Nos últimos meses foram realizados 3 congressos no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso e uma plenária em Tocantins. "Estes eventos são importantes para debatermos temas que interessam os trabalhadores", disse Geraldino dos Santos, secretário de Relações Sindicais.

No Rio Grande do Sul, o presidente da estadual, Cláudio Janta, defendeu a qualificação como o passaporte para o emprego certo.

A Estadual do Rio aprovou o plano de ação para 2011 e elegeu a nova diretoria. No Mato Grosso, a prioridade em 2011 o fortalecimento da estadual. Na plenária de Tocantins, foi empossado o novo presidente da Estadual, Carlos Augusto de Oliveira.

Jaécio Santana



Geraldino dos Santos, secretário de Relações Sindicais

## CENTRAL FAZ JORNADA DE DIREITOS HUMANOS

A Secretaria Nacional de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical realizou, em parceria com Força São Paulo e Força Paraná, a 1ª Jornada de Direitos Humanos. Durante o evento, realizado no Sinsaúdesp, foram lançados os livros "Força na Saúde", de José Lião de Almeida e "História da Cidadania no Brasil", de João Rocha Sobrinho, ocorreram apresentação de danças, teatro, apresentação do projeto social do Sindicato dos Químicos de Guarulhos e realizadas vá-

rias palestras. Também teve corte de cabelo, maquiagem, manicure e exposições. Segundo Ruth Coelho Monteiro, secretária nacional dos Direitos Humanos da Força Sindical, a entidade tem desenvolvido ações e políticas nas áreas que envolvem proteção aos direitos humanos, como saúde, migrantes, trabalho infantil e práticas antissidicais. Também foram realizadas palestras sobre o Trabalho Decente e Direitos Humanos, com representantes da OIT e da CSA.

## PROJETO VISA DESEMPENHO ESCOLAR

A Secretaria de Políticas para Esportes da Força Sindical em parceria com a prefeitura do Município de Teodoro Sampaio, no interior de São Paulo, desenvolve um projeto social que atende cerca de 68 crianças de 10 a 17 anos.

Segundo Elmo Silvério Léscio, coordenador do projeto em Teodoro Sampaio (SP), o principal objetivo é retirar as crianças das ruas. Vale ressaltar que esse projeto já é realizado em outras 15 cidades. Segundo Valdir Pereira, secretário de Políticas para Esportes da Central, a intenção é estimular

a formação de crianças na área de esportes e melhorar o seu desempenho escolar.

Arquivo Força Sindical



Formação de cidadãos conscientes é a meta

**A** Era Vargas criou condições para uma modernidade industrial e urbana no Brasil, preparando o terreno para o arrojado Presidente Juscelino Kubitschek. Entre 1956 e 1961 JK fez o País crescer apostando na indústria automobilística e de bens de consumo e em grandes construções como a nova capital federal: Brasília. A esta altura as organizações partidárias e sociais (sobretudo sindicais e estudantis) já tinham tomado corpo e o povo brasileiro, agora mais urbano que rural, já atingia um grau considerável de politização. Esta complexidade veio à tona nas eleições de 1961, que elegeu, separadamente, Jânio Quadros, da UDN, e João Goulart, do PTB. Jânio renunciou em agosto de 1961, meses após ser eleito, deixando a Presidência para Jango, um socialista aos olhos dos conservadores. As Forças Armadas se mobilizaram para vetar sua posse. Mas a campanha pela legalidade, iniciada pelo governador gaúcho Leonel Brizola, com forte adesão popular, fez com que Goulart assumisse a Presidência do Brasil em janeiro de 1963.

#### DITADURA MILITAR

Arrastada até 31 de março de 1964 a crise entre o Exército e o Governo culminou no golpe militar e em longos anos de repressão e retrocesso político. Se no início da década de 1960 os ventos das reformas de base e da grande efervescência cultural tomavam conta do Brasil, o golpe de 1964 reverteu a situação e enquadrou o País na ordem reacionária dos presidentes Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazú Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

Os militares abusaram de decretos e atos institucionais e criaram em 1967 a 6ª Constituição do País, com o mesmo perfil autoritário do Estado Novo. A censura e a violência arbitrária do governo começaram a incomodar, sobretudo, depois do Ato Institucional número 5, de 1968, que suspendeu garantias individuais e ampliou os poderes do Executivo. No fim da década de 1970 o desgaste da ditadura frente à opinião pública intensificou a luta pela redemocratização. A abertura se deu com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte em 1985 e com a retomada das eleições diretas para Presidência da República.

Tancredo Neves venceu a primeira eleição, ainda indireta, de um civil para a Presidência do Brasil, mas faleceu antes da posse. Em seu lu-

por: **Carolina Maria Ruy\***

# Dúbia modernidade dos governos brasileiros entre 1956 e 2010

**COM O FIM DA ERA VARGAS  
O BRASIL PASSOU POR MAIS  
MEIO SÉCULO DE OSCILAÇÕES  
NO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO.  
ESTE PROCESSO FOI CONCLUÍDO  
PELO GOVERNO DE LUIS INÁCIO  
LULA DA SILVA E EM 2010  
A ELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF  
ABRIU UM NOVO CAPÍTULO  
EM NOSSA HISTÓRIA**

gar assumiu o vice José Sarney. Seu governo foi marcado por planos econômicos, como o Plano Cruzado, e pela Constituição de 1988, símbolo da volta à democracia.

#### NOVOS TEMPOS, NOVOS PROBLEMAS

Em 1989 a primeira campanha presidencial sob eleição direta depois de mais de duas décadas levantou o debate sobre os rumos do País. Vinte e duas candidaturas foram lançadas com figuras históricas, como Leonel Brizola e Paulo Maluf, e novos quadros como o sindicalista Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello. Projetos progressistas puderam se opor abertamente ao modelo econômico dominante. Mas, como já estávamos na era da dominação midiática, o empresariado, receoso de um governo popular, contou com grandes emissoras de TV,

especialmente a TV Globo, para eleger Fernando Collor. Com Collor o Brasil entrou de cabeça no neoliberalismo, promovendo um descontrole fiscal que corroeu seu governo, interrompido, afinal, por uma campanha popular pedindo seu impeachment.

A inflação era o grande imbróglio dos novos tempos. Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, equacionou este problema criando o Plano Real de estabilização da moeda. Foi seu passaporte para a Presidência da República em 1995 e para sua reeleição (possibilitada por uma nova medida constitucional) em 1999. O Brasil parecia entrar nos eixos. Mas FHC manteve a conduta de Collor em desvalorizar o Estado e as indústrias nacionais, elevando o desemprego e desarticulando os movimentos sociais.

#### ENTRANDO NOS EIXOS

Seja como for FHC elevou o nível do debate social e abriu, em 2003, o caminho do Palácio do Planalto para um legítimo representante do movimento social.

Com uma trajetória que vai dos Metalúrgicos do ABC para a Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, empenhou-se em incorporar à vida social nada menos que 30 milhões de pessoas. Em um gesto crucial para o exercício da democracia seu governo consolidou o diálogo com o movimento social.

Um dos resultados deste diálogo foi, por exemplo, o aumento real do salário mínimo em 74%, negociado com as centrais sindicais ao longo dos oito anos de governo. Outros resultados foram a geração de 14 milhões de empregos formais e o controle da inflação, baixando-a para uma média 5,7% de acordo com o IPCA.

Tais conquistas proporcionaram a Lula o inédito índice de cerca de 80% de aprovação popular e a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff do PT, em outubro de 2010, a primeira mulher eleita Presidente do Brasil.

Depois de 80 anos da Revolução de 1930, que impulsionou o crescimento do Brasil, o fim do segundo governo de Lula, que, como Getúlio Vargas, introduziu massas populares à cidadania e ao mercado interno, concluiu um longo ciclo na história do Brasil. A eleição de Dilma Rousseff em 2010 abre um novo capítulo desta história.

\*Carolina Maria Ruy é jornalista e coordenadora de projetos do Centro de Memória Sindical



# Trabalhador quer lei contra práticas antissindicais

Jaélcio Santana



Seminário debateu a defesa do legítimo custeio das entidades

**O**s sindicalistas defendem a aprovação de uma lei contra as práticas antissindicais. O tema foi debatido em São Paulo. O movimento sindical sofre com estes abusos há anos, o que levou os dirigentes à ONU (Organização das Nações Unidas) para reclamar da ação do Ministério Público de tentar impedir que os sindicatos recebam a contribuição sindical.

A secretária nacional dos Direitos Humanos da Força Sindical, Ruth Coelho Monteiro, apresentou na Conferência um levantamento das ações desenvolvidas pelas centrais contra estas práti-

cas. Já Nilton Souza da Silva (Neco), secretário de Relações Internacionais da Força Sindical, considerou oportuna a apresentação de um projeto de lei contra práticas antissindicais. "A unidade das centrais em torno desta ideia mostra que podemos avançar", declarou.

Entre as reivindicações estão a não intervenção do poder público na organização sindical; pela defesa do legítimo custeio das entidades sindicais; não ao interdito proibitório e não a perseguição e assassinatos de ativistas e dirigentes sindicais.

## PIRATARIA IMPEDE BRASIL DE GERAR 2 MILHÕES DE EMPREGOS

**O** Brasil deixou de gerar dois milhões de emprego em 2010 e perdeu R\$ 40 bilhões de receita, devido a pirataria, a falsificação e ao subfaturamento, afirma Carlos Cavalcante Lacerda, secretário de Assuntos Institucionais da Força Sindical. "Alguns produtos não são mais fabricados no País, como óculos, fitas para gravações, filmes para

máquinas fotográficas, rádios pequenos e lâmpadas", destacou.

Segundo Lacerda, a Força Sindical defende a participação dos trabalhadores no Conselho de Combate à Pirataria e pretende fazer seminários e campanhas para conscientizar a população que comprar artigos piratas significa perder empregos.

### NOTAS

## Adin pede fim dos incentivos ilegais à importação

A Força Findical, por intermédio da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM, entrou no Supremo Tribunal Federal – STF, com ações diretas de inconstitucionalidade contra dois estados, Paraná e Santa Catarina, que estão concedendo, ilegalmente, subsídios à importação, com prejuízos para a indústria nacional e para a geração de empregos no País. Só no setor siderúrgico deixaram de ser criados 15.400 empregos diretos e 61.600 indiretos. Em seu despacho, o ministro Joaquim Barbosa já cobrou documentos e explicações aos estados.

## CNTM organiza encontro de advogados

A CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) em seu projeto de organização da categoria realizou o "4º Encontro Nacional de Advogados", em Manaus (AM). O evento, denominado "Justiça, Cidadania e Regionalização", reuniu advogados e dirigentes sindicais das entidades filiadas à CNTM e contou com palestras sobre temas jurídicos, com ênfase no mundo do trabalho.

Antonio Assis



Representantes dos metalúrgicos de diversas regiões participaram do encontro em Manaus